



Notícias sobre os manifestos populares veiculadas no programa do Poder Executivo de A Voz do Brasil: uma análise de discurso¹

Josiane Aline Goetze²

Orientação: Prof. Ms. Hélio Afonso Etges
Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc)

Resumo

O presente artigo³ analisa o discurso das notícias sobre os manifestos populares ocorridos em junho e julho de 2013 no Brasil, veiculadas no programa do Poder Executivo de A Voz do Brasil – um programa radiofônico brasileiro que carrega 78 anos de história. No decorrer de sua trajetória, passou por mudanças editoriais e na plástica do programa, conforme a alteração dos governantes. Em 2003, a Voz passou por uma rígida mudança: o objetivo era a imparcialidade, o apartidarismo, a objetividade e a credibilidade, características semelhantes das empresas jornalísticas. Contudo, cabe analisar como um programa, produzido por uma estatal, trabalha informações que confrontam com o governo. Para isso, estudou-se o discurso de A Voz do Brasil perante essas notícias. Com a análise discursiva – com base na polissemia e polifonia – percebe-se o recrudescimento do discurso do programa.

Palavras-chave

A Voz do Brasil; Análise de discurso; Manifestações Populares; Política.

Corpo do trabalho

O rádio, desde seu desenvolvimento no país, teve forte relação com a política. Na década de 30, Getúlio Vargas, presidente do Brasil, percebe a capacidade do meio de comunicação para disseminar ideologias e o autoritarismo (PEROSA, 1995). Por isso, em 1930, cria o Programa Nacional (BUCCI, 2008), que passa a se chamar Hora do Brasil, em 1935. Dois anos depois, a transmissão – que abordava informações do governo e assuntos culturais regidos pela censura – era obrigatória em todo o país (PEROSA, 1995).

Em 1945, após a saída de Vargas do governo, o general Eurico Gaspar Dutra assume o país. A autora relata que ele quis extinguir o programa radiofônico, entretanto,

¹ Trabalho apresentado no Intercom Jr., durante o XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

² Acadêmica do 9º semestre do Curso de Comunicação Social, com habilitação em jornalismo.

³ Pesquisa elaborada para o trabalho de conclusão de curso.



percebe a utilidade de usá-lo para fazer propaganda do governo. Então, fez mudanças no noticiário oficial e altera o nome para Voz do Brasil. Conforme as alternâncias dos governos, o programa ganhava novas formas, mas o viés de usá-lo para favorecer o Executivo resistia, apesar das tentativas de aproximação com o jornalismo.

Quando Eugenio Bucci assume a presidência da Radiobrás, em 2003, inicia um novo processo de modificação dos programas produzidos pela estatal, inclusive do A Voz do Brasil (BUCCI, 2008). Ao analisar a coberturas das greves dos servidores em 2003, ele percebe a necessidade urgente de modificação do noticiário oficial.

As “reportagens” apresentadas naquela noite não estavam à altura da palavra reportagem. Para começar, o texto era mal escrito [...] O ouvinte que insistisse em acreditar no programa saía dele sem ter uma visão mínima do que tinha se passado em Brasília naquele 11 de junho. Depois era um texto mal-intencionado. À indignação jornalística vinha se somar o propósito de mentir, de esconder os acontecimentos. Nisso, até os erros de técnica jornalística eram coerentes: concorriam para engambelar o público”. (BUCCI, 2008, p. 153).

Conforme o autor, a partir desse momento, teve início o processo de mudança na linha editorial e na plástica do programa. As pautas não iriam favorecer o governo; as informações seriam claras, verdadeiras, democráticas e úteis aos ouvintes; o proselitismo seria banido (BUCCI, 2008). A partir de 2008, a Empresa Brasil de Comunicação S.A começa a produzir o bloco do Poder Executivo de A Voz do Brasil, seguindo o modelo do programa organizado por Eugênio Bucci. Em 2013, a estatal lança o manual de jornalismo, que evidencia aspectos como objetividade, clareza, imparcialidade, precisão, discernimento, liberdade e regionalismo como objetivos dos programas desenvolvidos.

Ao se estudar o discurso de A Voz do Brasil perante as cinco matérias sobre os manifestos do período de junho e julho de 2013, percebe-se que nem todas as atitudes para a construção das notícias foram norteadas pelo que rege o manual. Os detalhes proporcionados pela metodologia desencobriram sentidos e vozes difíceis de serem notados na posição de ouvinte.

A análise de discurso visa entender os sentidos das mensagens entre o emissor e o receptor – o que está além do explícito – e a forma de uso da linguagem para a emissão de tal enunciado (BRANDÃO, 2012). Para a autora, a construção da interpretação do discurso se dá por fatores externos como “história, cultura, ideologias e social” e não apenas por aquilo que está sendo dito (BRANDÃO, 2012, p. 20). Na



conceituação de Manhães (2006, p. 306), a análise de discurso desconstrói a mensagem para saber como foi montada, e quais foram as sujeições do indivíduo para emití-la. Para o autor, os discursos se formam com base naqueles já existentes na sociedade, como o “religioso”, o “poético”, o “jornalístico”, entre outros.

É através da polissemia – categoria utilizada na análise – que os sentidos do discurso ficaram nítidos. No primeiro momento, o pesquisador deve perceber a “camada discursiva” para, então, conseguir ver a “camada ideológica” que a mensagem contém (BENETTI, 2007, p. 111). Por isso, é preciso saber quem emite determinada mensagem, pois ela muda conforme a posição social que o sujeito ocupa. Além disso, a relação de um discurso com outro, isto é, a maneira como se modifica, conforme a interação de outras mensagens; a antecipação do sentido, ou seja, a intenção de determinar o efeito no receptor; os pensamentos que se despertam no receptor ao absorver o enunciado; e no locutor, ao imaginar como o receptor receberá a mensagem, são fatores determinantes na variação do sentido da mensagem (ORLANDI, 2003).

Sabe-se que o discurso é composto por vozes. Numa matéria noticiosa, por exemplo, existe o jornalista e as fontes – o que não quer dizer que o discurso é polifônico. Para se ter a dimensão das vozes que circundam a mensagem e definir sua monofonia ou polifonia, é preciso “mapear as vozes que o conformam e, nesse movimento, refletir sobre as *posições de sujeito* ocupadas por indivíduos distintos [grifo da autora]” (BENETTI, 2007, p. 116).

Na pesquisa busca-se estudar os locutores – quem fala ou o porta-voz – e os enunciadores – a posição do locutor. Em um texto, quando aparecem vários enunciadores que confrontam ideias, trata-se de uma mensagem polifônica. Já quando locutores falam sob a mesma perspectiva, pode ser um discurso monofônico - que depende da análise a ser feita.

Barros (1994, p. 6) classifica o efeito de monofonia ou polifonia em discursos como poéticos e autoritários. O primeiro é considerado polifônico, pois traz contradições sociais e pluralidade. No segundo, as vozes são escondidas, a ambiguidade é eliminada e o discurso é como uma “verdade única”.

Ao realizar a análise discursiva nas cinco matérias sobre os manifestos populares que aconteceram em junho e julho no país, veiculadas em A Voz do Brasil, pode-se perceber aspectos que não seriam evidenciados ao se ouvir o programa na sujeição de ouvinte. Era necessário ter uma ferramenta para conseguir estudar o que estava



implícito e obter as interpretações que se têm do conteúdo. Os detalhes foram formadores dos sentidos e revelaram as vozes presentes no discurso.

A análise dos sentidos

Os protestos se iniciaram no dia 3 de junho de 2013, em pequena proporção, se comparado ao movimento a partir de 6 de junho, quando cinco mil pessoas foram às ruas de São Paulo, para protestar contra o aumento das tarifas de ônibus e reivindicar o passe livre, liderado pelo Movimento Passe Livre (MPL), de São Paulo. Contudo, a primeira matéria do programa *A Voz do Brasil*, sobre as manifestações só foi veiculada em 17 de junho – 12 dias após o início dos protestos.

Sartório (2013) explica que o programa faz uma interlocução do Governo Federal e aborda questões que envolvem o Poder Executivo, sendo “ações de agora e não de especulação como “balão de ensaio”. Nunca aparece “eu acho, eu devo. O foco é o cidadão. Sempre vai ter uma *Maria* para falar sobre o assunto”. No Manual de jornalismo da EBC (2013) consta que matérias que envolvem localidades do país podem ser evidenciadas no noticiário. Neste caso, os manifestos populares já poderiam ter sido tratados com antecedência, no programa. Como os protestos ganharam força e, conseqüentemente, espaço na mídia, supõe-se que *A Voz do Brasil* sofreu o efeito da *agenda-setting*, pois não havia como ignorar o assunto.

A hipótese do agendamento define as conversas, pensamentos e atitudes das pessoas no cotidiano (KUNCZIK, 1997). Nota-se com clareza este fenômeno, quando os indivíduos discutem assuntos absorvidos dos meios de comunicação. No programa oficial, as discussões humanas e as abordagens da mídia podem ter influenciado a veiculação do assunto.

O *corpus* de análise foi constituído das matérias dos dias 17, 18, 21 e 24 de junho e 3 de julho de 2013. Com base na polissemia, foram encontradas seis formações discursivas (FDs): a legitimação dos movimentos populares – FD1; a intenção do governo de se aproximar dos manifestantes – FD2; a ênfase dada à violência e às depredações, com o objetivo de deslegitimar os protestos na sociedade – FD3; a indução para que as pessoas não aceitassem os movimentos – FD4. As quatro formações discursivas foram balizadas pela falta de contextualização que, com isso, favoreciam o governo – FD5. A última – FD6 – mostra que *A Voz do Brasil* ajudou na coibição dos movimentos populares. De acordo com Benetti (2007, p. 113), as formações discursivas



são sentidos com base numa interpretação única. A próxima interpretação gera as outras FDs. Elas são constituídas com base em trechos das matérias, chamados de “sequência discursiva”.

A FD1 mostra que o governo legitimou as manifestações pacíficas, com a justificativa de que estas faziam parte de um país democrático. Quatro das fontes usadas nas matérias analisadas são do Partido dos Trabalhadores – sigla da presidente do Brasil, do Partido dos Trabalhadores; uma do Partido Comunista do Brasil; outra do Partido da República – PT e PR, coligados na última eleição do Governo Federal –; uma do Partido Progressista, e uma sem partido.

[...] a presidenta Dilma Rousseff considera que as *manifestações pacíficas são legítimas e próprias da democracia* e que é próprio dos jovens se manifestar. (CARANDINA, Ricardo. *A Voz do Brasil*, 17 jun. 2013, arquivo sonoro) – SD1

Gilberto Carvalho destacou, ainda, que *as manifestações fazem parte da democracia plena que o país vive*. (SARTÓRIO, Kátia. *A Voz do Brasil*, 21 jun. 2013, arquivo sonoro) – SD2

Historicamente, o grupo predominante – PT -, teve ligação com movimentos sociais e lutas de classes trabalhadoras, inclusive, participaram de reivindicações em época de ditadura no Brasil – 1964 a 1985. A atual presidente é considerada guerrilheira, pois lutou pela democratização do país. Pelo passado que carregam, caso fossem contra os protestos, seriam alvos de críticas da oposição e da população.

Também se faz pertinente observar que 2014 é um ano eleitoral. As atitudes políticas são decisivas para conquistar o eleitorado, portanto, imagens favoráveis são necessárias. O governo se portou de maneira positiva perante as *manifestações pacíficas*. Mas, nas entrelinhas do discurso e na entonação da voz, é indicado o limite: desde que estas *não atrapalhem o andamento do país e a vida das pessoas*. Dessa forma, agradam-se os protestantes e as pessoas contra os movimentos.

A comunicação política trabalha para conseguir a opinião pública favorável e derrotar o adversário, veiculando informações que o prejudiquem. O resultado da disputa midiática rende votos ao ganhador (GOMES, 2004). O autor observa que são feitas sondagens de opinião, análises e pesquisas para ter o resultado esperado.

O governo aceita os protestos e mostra o que fizeram no passado. Assim, surge a tentativa de aproximação com os manifestantes – FD2. Os fragmentos das matérias comprovam a interpretação: “E eu queria dizer aos senhores: *a minha geração sabe*



quanto isso nos custou” (ROUSSEFF, Dilma. *A Voz do Brasil*, 18 jun. 2013, arquivo sonoro) – SD3; “A democracia custou muito para *a gente* conquistar” (CARVALHO, Gilberto. *A Voz do Brasil*, 21 jun. 2013, arquivo sonoro) – SD4; “Essa é a *nossa* tradição” (CARVALHO, Gilberto. *A Voz do Brasil*, 18 jun. 2013 – arquivo sonoro) – SD5.

Os trechos remetem ao passado, especificamente, quando a ditadura regia o país. Os partidos de base popular lutaram pela democracia. Dilma Rousseff, inclusive, foi torturada por defender o ideal. Contudo, essas informações não constam nas matérias, surgindo o balizamento da FD5, isto é, a falta de contextualização e o favorecimento governamental. Esses relatos das fontes, apesar de não serem explicados, lembram a sociedade que eles também estavam nas ruas, tornando a situação afável entre protestantes e o governo. Provavelmente, essa ação foi tomada através do mecanismo de antecipação de discurso. Segundo Orlandi (2003), o emissor organiza a mensagem para induzir determinado efeito no receptor. Para a autora, essa enunciação também tem sentido diferente, conforme o posto social assumido pelo emissor.

O mesmo grupo que sofreu repressão violenta e criticou essas ações na ditadura precisou usar essa força para coibir os manifestantes. O discurso mudou pelo novo posto assumido pela guerrilheira. E não foram apenas as mudanças nas atitudes, mas as matérias deram ênfase à violência e ao vandalismo dos protestos, o que constituem a FD3, a deslegitimação dos atos.

Apesar de as fontes serem a favor das manifestações *pacíficas*, o discurso mostra, de maneira exacerbada, os atos violentos. No interdiscurso, é como se não pudessem ir contra os manifestos, mas ao mesmo tempo, precisavam controlar a situação. A violência foi acentuada para negatizar o movimento e induzir a população a ter pensamentos contrários, sobre um fenômeno ruim à sociedade, pois destruíra patrimônios e machucava pessoas.

Os atos de violência são sempre de força, mesmo que eles surjam dentro dos movimentos. Mesmo quando eles vêm com a roupagem de um movimento, quando se usa a força física, quando se quebra, quando se agride alguém, se perde a razão, porque quem perdeu foi a liberdade e a democracia. (ROSÁRIO, Maria do. Trecho da matéria veiculada na *A Voz do Brasil*, 21 jun. 2013) – SD6



A democracia é, ao mesmo tempo, o direito e a liberdade de manifestação e, ao mesmo tempo, a manutenção do princípio da autoridade. Ou seja, os eventos, a vida das pessoas, não podem ser ameaçadas pelas manifestações. (REBELO, Aldo. *A Voz do Brasil*, 17 jun. 2013) – SD7

Nas matérias veiculadas não constam o número de manifestantes, as cidades onde ocorreram os movimentos ou informações sobre quais reivindicações estavam sendo feitas, por exemplo. E isso destoa das orientações que constam no Manual de jornalismo da EBC. A ênfase na violência obscurece a manifestação *democrática e legítima* do país. Os atos isolados parecem ser os atos pacíficos, já que não houve a devida contextualização, e não os violentos – os mais evidenciados. Não sem noção do que realmente acontece no movimento – FD5, falta de informações para compreender o assunto e posição favorável ao governo.

O Manual de jornalismo da EBC (2013) orienta os profissionais a produzirem matérias esclarecedoras, contextualizadas, imparciais, focadas no cidadão – sempre evidenciando a utilidade da informação –, e a produzirem debates de ideias. Ao destacar a violência do fato, o valor informativo torna-se questionável. A não ser que a ideia é a de despertar desgosto nos receptores e de induzi-los a irem contra os protestos *com roupagem de movimento*. E como não há informações suficientes para saber o que acontece no país, o destaque dado à violência pode causar temor à sociedade – o que também vai contra o Manual de jornalismo da EBC (2013, p. 63): “não gerar falsas sensações de insegurança ou de segurança”.

A intenção de deslegitimar – FD3 – o movimento social fica nítida na matéria de 3 de julho, quando *A Voz do Brasil* veicula uma denúncia na greve dos caminhoneiros.

E também hoje, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, anunciou que a Polícia Federal abriu inquérito para investigar as paralisações nas rodovias e, de acordo com o Ministério dos Transportes, há indícios da prática de locaute no movimento, um tipo de greve provocada por empresários. (SARTÓRIO, Kátia. *A Voz do Brasil*, 3 jul. 2013) – SD8

[...] nós determinamos à Polícia Rodoviária Federal, que acompanha a paralisação nas estradas federais, que, *assim que se deparasse com a ocorrência de qualquer prática criminosa*, imediatamente informe a Superintendência da Polícia Federal para que abra inquérito e, no caso de *flagrante, proceda, claro, à prisão daqueles que estiverem incorrendo em práticas criminosas.* (CARDOZO, José Eduardo. *A Voz do Brasil*, 3 jul. 2013) – SD9



A prática de locaute não estava comprovada e era apenas uma suspeita. Nestes casos, o Manual de Jornalismo da EBC (2013) orienta a confirmação do fato antes de sua divulgação. Caso for veiculado, o denunciado tem 24 horas para se manifestar – apesar de não fazer parte do recorte do trabalho, no dia 4 de julho, não houve o pronunciamento de nenhum caminhoneiro. Para Fortes (2008, p. 79), a pauta jornalística não pode ser construída com fatos duvidosos: “Temas e suposições podem orientar redações escolares, mas não pautas jornalísticas”. Conforme o autor, para o fato virar notícia, é preciso “consistência dos dados”, fontes “suficientes” e “confiáveis”, “custo-benefício” e “documentação e provas para sustentação”. Como se trata de um *indício* de locaute, não existe comprovação do crime: o discurso induz a uma prática criminosa, sem dar espaço àquele que está sendo condenado. A atitude de A Voz do Brasil mostra a intenção de enfraquecer o movimento.

Quando os protestos começaram a trazer resultados para o país, o assunto foi desvinculado e não havia informações necessárias para compreender o que acontecia no Brasil. Tratava-se da proposta do plebiscito popular e dos cinco pactos, anunciados pela presidente, na matéria de 24 de junho.

Quero, nesse momento, propor o debate sobre a convocação de um plebiscito popular que autorize o funcionamento de um processo constituinte específico para fazer a reforma política que o país tanto necessita. O Brasil está maduro para avançar e já deixou claro que não quer ficar parado onde está. (ROUSSEFF, Dilma. *A Voz do Brasil*, 24 jun. 2013) – SD10

A matéria não apresentava o porquê estavam sendo realizadas essas ações e nada foi vinculado aos protestos, a não ser a violência deles. Novamente, deslegitimaram-se os protestos, e as ações são ligadas a situações de medo.

Bem, Kátia, e, por fim, sobre os atos de vandalismo ocorridos nas manifestações, a *presidenta Dilma Rousseff* disse que reafirma o *compromisso* de ajudar prefeitos e governadores no que for necessário para garantir a paz e a *tranquilidade* nas *grandes cidades*. (ROUSSEFF, Dilma. *A Voz do Brasil*, 24 jun. 2013) – SD11

As ações de governo são formas de persuasão do poder político. Charaudeau (2006, p. 21) entende que, numa greve, as ações – número de envolvidos, alterações na economia – têm mais poder que as “declarações da imprensa”, “slogans”, ou seja, as palavras sobre o assunto. A reforma política apresentada pelo governo são medidas para as pessoas aceitarem a proposta: “a palavra intervém no espaço de persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seus



programas e das decisões que ele toma ao gerir conflitos de opinião em seu proveito” (CHARAUDEAU, 2006, p. 21). Mas o autor ressalta que, quando a lei é estipulada, a população deve aceitar. E o governo pode até usar da violência para isso. Contudo, Maquiavel (2005) adverte que a cautela, a violência e a impetuosidade devem ser usadas conforme a situação. O mesmo método não é eficaz em situações diversas. Dois príncipes podem usar a mesma fórmula para alcançar um objetivo, mas apenas um vai conseguir fazê-lo.

O discurso de A Voz do Brasil perante a situação do país, fica cada vez mais coibitório, e não apenas para atos de vandalismo, mas para ações que atrapalhem a vida da sociedade. Na matéria do dia 3 de julho, as palavras de ordem estavam explícitas.

É fundamental, no país, que estradas não sejam interrompidas, e o meu governo não ficará quieto perante processos de interrupção de rodovias. Porque também, na nossa bandeira, tem a palavra ordem. E ordem significa democracia, mas significa respeito às condições da produção, da circulação e da vida da população brasileira. Então, não tenham dúvidas, o governo não negocia isso. Não concordamos com processos que levem a qualquer turbulência nas atividades produtivas e na vida das pessoas. Uma coisa são manifestações pacíficas, que muito engrandecem o país. Outra coisa, completamente diferente, é acreditar que o país possa viver sem normalidade e estabilidade. (ROUSSEFF, Dilma. Trecho da matéria veiculada na A Voz do Brasil, 3 jul. 2013) – SD12

Essa matéria foi veiculada após a divulgação da proposta dos cinco pactos e do plebiscito. Como se a aceitação do movimento e a aposta do governo nessa reforma política não estivessem dando resultado e, agora, fosse necessário estabilizar a situação com palavras de ordem, transmitidas nacionalmente e em forma ou disfarçadas de notícia.

Até então, as manifestações não paravam a rotina produtiva do país, como afetaria essa greve dos caminhoneiros, que implica diretamente na economia do Estado. Althusser (2003, p. 60) explica a organização estatal através da comparação com um edifício. A base é a infraestrutura que simboliza a economia. O topo é a superestrutura, isto é, a instância jurídica, política e ideológica. Sem uma base forte não se tem condições para sustentar o topo. Por isso, o autor entende que o Estado é um aparelho repressivo, pois precisa fazer a classe operária se sujeitar à classe dominante, e manter o capitalismo em funcionamento. Através do discurso de A Voz do Brasil, entende-se a necessidade de controlar a situação e estabilizar o país.



Além da deslegitimação do movimento, o discurso induz a sociedade a não aceitar os manifestos populares, o que forma a FD4. O discurso mescla a violência e a negatividade dos atos.

A ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República também participou do ato e afirmou que *ninguém apoia, nem a sociedade, nem o governo, ninguém pode apoiar nenhuma manifestação violenta*. Maria do Rosário disse que a sociedade e a democracia brasileiras estão bem maduras, *mas atos de vandalismo, de violência, nem a violência institucional pelas forças de estado, nem a violência dentro dos movimentos, agrega qualquer valor positivo ao Brasil*. (LA SALVIA, Paulo. *A Voz do Brasil*, 21 jun. 2013) – SD13

O que é que está preocupando, nos últimos momentos, sobretudo? É que as manifestações acabam sendo palco para a *manifestação* de um tipo de *expressão lamentável, irresponsável, de vandalismo*, que *nós não podemos aceitar*. (CARVALHO, Gilberto. *A Voz do Brasil*, 21 jun. 2013) SD14

Novamente, a atitude desenvolvida no programa radiofônico confronta o Manual de jornalismo da EBC (2013). O documento esclarece que não se deve direcionar a opinião pública, mas trazer informações para os receptores terem suas próprias conclusões e julgamentos. Mas o discurso foi enfático: *não podemos aceitar; ninguém apoia; ninguém pode apoiar*, estimula-se e se pede à população para rejeitar os protestos. Para Gomes (2004, p. 149), é através da mídia que se tem a “atenção e o apoio da opinião pública”. O autor entende que o poder midiático é determinante para o Estado ter força.

A *Voz do Brasil* dá visibilidade política e pode até servir como sistema de coibição. As palavras, com forte entonação, que emitiam ordens e mostravam quem estava controlando a crise gerada pelas manifestações, constituíram a FD6 – o programa ajudou a coibir os movimentos populares. Como se trata de um veículo que usa a oralidade como principal ferramenta, é necessário vislumbrar essa questão no programa. Nota-se que os jornalistas têm pouco espaço para falas próprias ou no debate de um assunto, talvez por não darem espaço para opiniões próprias, conforme orientação do Manual de jornalismo da EBC (2013). Mas, ao analisar as fontes, percebe-se que o programa serve como palanque político e, por outras, falam como se fossem profissionais da área.

Porque também, na nossa bandeira, tem a palavra ordem. E ordem significa democracia, mas significa respeito às condições da produção, da circulação e da vida da população brasileira (*palmas*). *Então, não tenham dúvidas (entonação forte)*, o governo não negocia isso. *Não (entonação forte)* concordamos com processos que levem a *qualquer*



(entonação forte) turbulência nas atividades produtivas e na vida das pessoas (entonação forte da fala e palmas da plateia de fundo). (ROUSSEFF, Dilma. *A Voz do Brasil*, 3 jul. 2013) - SD15

[...] Essa mensagem direta das ruas é de repúdio à corrupção e ao uso indevido do dinheiro público (*palmas*). Essa mensagem direta das ruas comprova o valor *intrínseco da democracia (entonação forte), da participação dos cidadãos em busca de seus direitos*. E eu queria dizer aos senhores: *a minha geração sabe quanto* isso nos custou (*entonação forte*). (ROUSSEFF, Dilma. *A Voz do Brasil*, 18 jun. 2013) – SD16

O palanque político se constitui nas duas SDs. Entonações fortes, praticamente aos gritos, e até palmas – que indicam aprovação sobre algo – eram válidos na matéria. Em outra situação, numa matéria que não faz parte do recorte estipulado para este trabalho, a presidente recebeu vaias dos prefeitos, mas estas não apareceram na notícia. Na SD16, Dilma Rousseff fez um belo discurso no programa, como se fosse para futuros eleitores. É a oralidade que desperta as sensações no receptor.

Ferraretto (2007, p. 312) explica que “cada palavra tem um realce próprio. O profissional de microfone precisa saber matizar o que é dito. Assim, conforme o caso, dá força à expressão, muda o tom ou faz pausas”. Para o autor, uma locução natural não convence o ouvinte. Portanto, pode-se deduzir que os gritos de ordem querem mostrar quem está no comando e impor respeito. Quando se dizia que as manifestações pacíficas eram aceitas, o tom era mais leve, mas sempre firme.

Sabe-se que os políticos estão com as escoras da comunicação política. Os ensinamentos da área da comunicação estão sendo usados para convencer a sociedade e ganhar a disputa midiática, ter patrocinadores na eleição e conseguir votos (GOMES, 2004). As ações são esquematizadas, visando alcançar determinado objetivo.

A falta de contextualização – FD5 – esteve presente nas cinco matérias analisadas. Isso gerou nebulosidade no tema dos manifestos, pois era difícil compreender o que realmente estava acontecendo, a partir das notícias de *A Voz do Brasil*. O Manual de jornalismo da EBC (2013, p. 21) norteia os jornalistas a trazerem análises, explicar fatos de maneira compreensível, e mostrar as “causas”, “efeitos” e “significados”, pois, através desses subsídios, as pessoas formam sua opinião. No jornalismo, apenas parte da realidade é retratada, pois não é possível abordar todos os fatos que cercam a história. Contudo, é essencial para o receptor compreender o que está acontecendo. Beltrão (1992, p. 33) atribui ao jornalismo a condição de informar, contextualizar os fatos, contribuir na formação da opinião pública, para,



consequentemente, organizar as pessoas em grupos, dar suporte para suas decisões e constituir a vida social.

A análise de discurso faz vislumbrar os detalhes que não são percebidos ao estar na posição de ouvinte. Na categoria da polissemia, o discurso apresenta a falta de contextualização, a legitimação dos movimentos pacíficos – ao mesmo tempo deslegitimados pelo excesso de foco na violência e na depredação –; a intenção de o governo se aproximar dos protestantes; a indução para a sociedade não aceitar os movimentos populares; o uso do programa para coibir os manifestos e servir de palanque político.

Já na categoria da polifonia, analisaram-se as vozes presentes no discurso, considerando a interação com outras vozes, os “momentos históricos”, em um “nível interdiscursivo” (BRANDÃO, 2012, p. 26). O estudo busca os locutores e os enunciadores, visando compreender as vozes presentes no discurso. Benetti (2007, p. 118- 119) observa que o locutor é responsável pela fala e é identificado na mensagem. O enunciador é a “posição do sujeito”, com base nos aspectos culturais, sociais e históricos, isto é, a “*perspectiva a partir da qual o enunciador enuncia [grifo da autora]*”.

Nas cinco matérias analisadas foram usadas diversas fontes, em especial, dos partidos do atual governo e das coligações – apenas uma fonte do Partido Progressista. O que mostra que o programa não foi partidário como orienta o documento que rege os programas produzidos pela estatal. Constantemente, A Voz do Brasil usou fontes oficiais, contudo, faltaram pessoas para relatar e se posicionar sobre o fato, como os manifestantes, por exemplo. Eles foram apenas mencionados, mas em nenhum momento foi dado espaço para seus relatos. Percebe-se que nem sempre ocorre o que assegurou Sartório (2013): mesmo que o programa tenha foco nos assuntos vinculados ao Poder Executivo, sempre haverá uma “Maria” para opinar sobre. Apesar de as autoridades políticas falarem que as manifestações fazem parte da democracia, não houve espaço às fontes envolvidas, num programa com viés noticioso e de veiculação nacional. O Manual de jornalismo da EBC (2013) trabalha o assunto, no intuito de promover a pluralidade e o debate de ideias, mas, nesses casos, não seguiram o documento norteador.

Como características gerais, considerando a polifonia da análise de discurso, compreende-se que foram usadas fontes, apesar da escassez de pessoas essenciais para contar a história, sem abordar o fato de maneira contextualizada. O posicionamento do



Poder Executivo também teve variações. Com isso, nota-se que existe a polifonia nas matérias dos manifestos de junho e julho, ocorridos no Brasil. Entretanto, o discurso foi trabalhado em conjunto, como se houvesse um posicionamento oficial, conforme a situação do país durante os manifestos.

Conclusão

A análise de discurso das matérias sobre os manifestos populares de junho e julho, veiculadas em *A Voz do Brasil*, apresentou um recrudescimento no discurso. No começo, as falas legitimavam e aceitavam os protestos. Houve, também, a tentativa de aproximação dos governantes com aqueles que gritavam nas ruas e, ainda, com o resgate do passado – a familiarização entre as gerações se fez presente, tornando a situação amigável.

Mas no interdiscurso é que o discurso começou a transparecer. Palavras negativas, excesso de foco na violência, na depredação e nos confrontos. As manifestações que faziam parte da democracia foram se esvaindo das matérias, ao ponto de o discurso mudar e o programa deixar claro que as manifestações não eram aceitas e nem boas à sociedade. Até acusações criminosas e sem comprovação – última notícia que compõe o *corpus* – foram feitas.

O resultado da análise discursiva mostrou que o programa radiofônico trabalhou em prol do governo, ao evidenciar partes do assunto e eliminar aquelas que poderiam trazer imagens prejudiciais ao Executivo. Essa ação foi confirmada quando as autoridades mudavam de posição e o discurso permanecia impassível, sem contrapontos ou debate de ideias e, ainda, sem a participação dos principais envolvidos no assunto.

Ao elencar os efeitos da análise discursiva com base na polissemia, considerou-se que *A Voz do Brasil* serviu de palanque político. O palco se constituiu em meio às falas com entonação fortes – proibitórias e de ordem –, nos gritos e nas palmas. As notícias passaram a disseminar o poder e a mostrar quem estava no controle da situação. Serviu, inclusive, para coibir e persuadir, por disseminar apenas os dados que favoreciam o governo. Apesar das mudanças editoriais, o programa não trabalhou as informações de maneira contextualizada, pluralista, imparcial e sequer vedou o proselitismo e o partidarismo. Veiculou ideologias do governo em um programa com disseminação nacional.

Diante da polifonia, o discurso mostrou-se autoritário, já que não houve confronto de ideias, e por pessoas e fatos serem silenciados. Não houve a



contextualização necessária e dados básicos, para que se tivesse noção do que acontecia no Brasil. Ao contrário, ao evidenciar e exaltar a violência, induzir o manifesto ao crime, podia desviar a opinião das pessoas e levá-las a não aceitar os protestos no país.

A Voz do Brasil é considerada polifônica, pois usou mais de *uma* fonte para contar a história. Contudo, como os enunciados seguiam a mesma linha de pensamento, sem confrontos, ou, quando mudavam, faziam em conjunto, as vozes ficaram questionáveis. Os enunciados eram padronizados conforme a situação do país. Como houve essa linearidade, o discurso do programa também é monofônico. Houve uma mistura entre os conceitos, constituindo a monofonização da polifonia. Fontes diferentes falavam como se fossem uma.

Com o resultado da pesquisa, o ideal do programa que se considera apartidário, imparcial, pluralista, onde os envolvidos na questão possuem voz, não se constituiu nas matérias analisadas. Para que os ouvintes saibam que informações recebem, é preciso tratar as notícias evidenciando aquilo que A Voz do Brasil pretende constituir. Caso contrário, as pessoas podem formar opiniões erradas e incompletas sobre os assuntos abordados neste programa radiofônico.

Referências

A Voz do Brasil. **Matéria sobre a paralisação dos caminhoneiros**. Brasília: DF, 3 jul. 2013, arquivo sonoro.

_____. **Matéria sobre cinco pactos**. Brasília: DF, 24 jun. 2013, arquivo sonoro.

_____. **Matéria sobre Jornada Mundial da Juventude e sobre os manifestos populares**. Brasília: DF, 21 jun. 2013, arquivo sonoro.

_____. **Matéria sobre os manifestos populares**. Brasília: DF, 17 jun. 2013, arquivo sonoro.

_____. **Matéria sobre os manifestos populares**. Brasília: DF, 18 jun. 2013, arquivo sonoro.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Org.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade em torno de Bakhtin**. São Paulo: EDUSP, 1994.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: EDUSP: Com-Arte, 1992.



BENETTI, Marcia. Análise de Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; MACHADO, Marcia Benetti. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Conceitos e fundamentos**: Enunciação e construção do sentido. In: FIGARO, Roseli (org.). Comunicação e análise de discurso. São Paulo: Contexto, 2012. P.19-43.

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas**: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio**: o veículo, a história e a técnica. 3. ed. Porto Alegre: Doravante, 2007.

FORTES, Leandro. **Os segredos das redações**: o que os jornalistas só descobrem no dia-a-dia. São Paulo: Contexto, 2008.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**: norte e sul. São Paulo: EDUSP, 1997.

MANHÃES, Eduardo. Análise do discurso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 305-315.

MANUAL DE JORNALISMO EBC. Brasília, 2013. Disponível em: <ebc.com.br>. Acesso em: 17 abr. 2013.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. 2005. Disponível em: <www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf>. Acesso em: 13 julho 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

PEROSA, Lilian Maria F. de Lima. **A hora do clique**: análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República. São Paulo: Annablume, 1995.

SARTÓRIO, Kátia. **A Voz do Brasil e aspectos da profissional**. Entrevistadora: J. Goetze, 2013. Entrevista concedida à pesquisa Notícias sobre os manifestos populares veiculados no programa do Poder Executivo de A Voz do Brasil: uma análise de discurso, em 11 out. 2013.